

Clarice Cassab

Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
clarice.torres@ufjf.edu.br

Condição juvenil em tempo de incerteza: experiência em grande empreendimento habitacional

Resumo

O texto discorre sobre a condição juvenil em contexto de incerteza que marca a contemporaneidade. A partir do par sociabilidade e identidade apresentará uma reflexão sobre como essas incertezas têm forjado novas subjetividades e novas formas de viver a juventude, especialmente entre jovens pobres. Para tanto, tem, como campo empírico, jovens moradores do maior conjunto habitacional do MCMV em uma cidade média mineira.

Palavras-chave: Juventude, sociabilidade, identidade.

Abstract

JUVENILE CONDITION IN UNCERTAINTY TIME: EXPERIENCES IN SOCIAL HOUSING PROJECT

The paper discusses the juvenile condition in the context of uncertainty that marks contemporaneity. From the pair sociability and identity, the paper will present a reflection on how these uncertainties have forged new subjectivities and new ways of living the youth, especially among poor young people. For this purpose, it has as an empirical field, young people living in the largest housing estate of the MCMV in a medium-sized city.

Key-words: Youth, sociability, identity.

1. Introdução

As reflexões que serão apresentadas neste texto são o resultado de uma trajetória que se iniciou ainda no doutorado e que vem sendo adensada nos campos teórico, empírico e político pela necessidade de se pensar a(s) juventude(s) também em sua dimensão espacial. Por esse prisma, o espaço tem centralidade não apenas como *locus* do desenrolar da vida dos jovens, lugar de sua existência, mas também como elemento ativo e definidor da própria condição juvenil (CASSAB, 2009; 2015). Atravessados por inúmeras experiências espaciais, os jovens (re)definem sua existência a partir de um intenso e complexo conjunto de relações que também efetivam suas subjetividades.

Contudo, esse mesmo sujeito parece viver um período de inflexão no processo de determinação de sua subjetividade como sujeito jovem que partilha com outros uma condição juvenil. Mas, se, de um lado, esse momento marca a condição juvenil de uma forma geral, por outro, os sujeitos irão vivê-lo distintivamente dependendo das particularidades que atravessam a vida de cada um dos jovens. Pretende-se afirmar tanto a dimensão plural da juventude quanto a diversidade dos processos e relações que a constituem como experiência na vida do sujeito. Esse é o ponto de partida e dele deriva o objetivo deste texto.

O que se busca é apontar alguns argumentos que contribuam para compreender como esse momento de inflexão tem forjado novas subjetividades e novas formas de viver a juventude. O interesse em particular é entendê-lo na constituição da condição juvenil dos jovens pobres, reconhecidos como os que experimentam esse momento de forma mais intensa e grave. Contudo, na medida em que se assume o espaço como definidor da condição juvenil, cumprirá entender em que medida tais contradições, que também se expressam no espaço, implicaram em formas distintas e desiguais de relação com o outro e o território, em um processo concreto de perda de vínculos sociais e territoriais e de desafio de se redefinirem como sujeitos jovens.

O texto apresentará alguns elementos resultantes de pesquisa realizada junto a jovens residentes de um empreendimento do Minha Casa Minha Vida, na cidade de Juiz de Fora¹. Alerta-se que não é o objetivo

veicular os resultados pontuais da pesquisa, mas sim, a partir dela, elaborar uma reflexão teórico-filosófica sobre a atual condição juvenil vivenciada, em especial, pelos jovens pobres de nossas cidades.

Isso exige expor, mesmo que rapidamente, alguns princípios gerais do estudo supracitado que ajudem o leitor a alcançar o objetivo proposto neste trabalho. Inicialmente, é preciso dizer que a intenção da pesquisa foi a de entender quais os desafios colocados aos jovens no momento em que vínculos sociais e territoriais foram desfeitos quando da mudança para um empreendimento do Minha Casa Minha Vida². O esforço investigativo teve como campo o maior empreendimento na cidade de Juiz de Fora-MG, o Parque das Águas.

Localizado na Zona Norte da cidade, em área de antiga fazenda municipal, o empreendimento faz fronteira, dentre outros, com o bairro Monte Castelo, tradicional bairro de Juiz de Fora. Inaugurado em 2012, lá foram assentadas 565 famílias. São ao todo 51 jovens moradores entrevistados com o intuito de saber: como eles viveram a experiência de saírem de seus bairros originários, desorganizando suas redes sociais, territoriais e afetivas pretéritas e se vendo desafiados a se reiventarem em um novo território? Essa pergunta, orientadora da pesquisa, teve como ponto de chegada e de partida as discussões que serão empreendidas neste texto. O pano de fundo que possibilita respondê-la é a compreensão tanto sobre as inflexões impostas aos jovens, e em especial aos jovens pobres, na atualidade, assim como o entendimento das formas constitutivas da subjetividade desse indivíduo jovem nesse mesmo cenário de inflexões.

Para tanto, será preciso, inicialmente, pensar sobre a formação da juventude como categoria moderna. Com esse intento é necessário o entendimento do indivíduo moderno e da construção de sua subjetividade. Esse é o debate que então permitirá se lançar para o segundo momento deste texto: a crise desse indivíduo e a própria crise da juventude. Entende-se essa crise inserida nas mudanças advindas com as transformações sociais, especialmente a partir do final do último século. Finalmente, ao término do texto, serão apresentadas e discutidas as situações reais que desafiam jovens reais nesse contexto e momento de inflexão anteriormente mencionados.

2. Indivíduo moderno e a construção da juventude

Elias (1994) aponta para a convivência de duas ideias quando se trata da relação indivíduo-sociedade, sendo uma a que consideraria essa relação como de soma, na qual a sociedade seria o aglomerado de muitas pessoas individuais e, outra, em que a sociedade seria um objeto autônomo e externo aos indivíduos. Neste caso, indivíduo e sociedade seriam duas entidades ontologicamente distintas: o indivíduo referir-se-ia a um ser humano singular e uma entidade que existiria em completo isolamento.

É na modernidade que tal distinção ontológica é cunhada. Nela, o indivíduo passa a ser concebido como algo que está fora da sociedade, por sua vez, apreendida como sendo uma “substância estranha” e limitadora da liberdade do próprio indivíduo. Assim, não apenas a sociedade se configuraria como exterior como também se oporia à livre capacidade do indivíduo.

Liberdade e igualdade constituem-se como traços essenciais da individualidade moderna. Todavia, tais princípios se configuram no universo da sociabilidade do equivalente, dada pelo dinheiro. Para Marx (2004), é na forma mais complexa do desenvolvimento das forças produtivas que tal processo se realiza em função dos estranhamentos promovidos pela propriedade privada. A sociabilidade do capital instaura uma nova configuração do trabalho, na qual seu processo e seu produto são exteriores em relação aos indivíduos. O imperativo da troca sobre o uso tem como consequência a produção de algo que é estranho, independente e não pertencente àquele que o produziu, pois “o processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 2004, p. 154), reduzindo-o à simples atividade de subsistência. O mundo do indivíduo moderno é composto por coisas independentes no qual relações e atos são exteriorizados e autônomos.

Tal estranhamento – do processo e do produto do trabalho – implicará em uma sociabilidade através da qual os indivíduos aparecem como destacados e independentes do social e na qual seus nexos constitutivos são também exteriores aos próprios indivíduos. Os vínculos que os unem como ser social à sociedade são desfeitos, e a sociabilidade que se instaura, pela forma da propriedade privada e do trabalho estranhado, é aquela em

que a finalidade não é a manutenção da vida comunal, e sim a simples aglutinação de indivíduos produtores de valores de troca. Nela, a conexão se dá pela via do mercado, pela troca das mercadorias produzidas pelos indivíduos, agora isolados do todo social. O mundo da mercadoria e do capital desumaniza os indivíduos, rompe seus laços com a sociedade e torna o dinheiro mediador de todas as relações, capacidades e potencialidades do indivíduo.

É a troca que coloca os indivíduos em pé de igualdade, anulando as diferenças individuais e homogeneizando as pessoas na instância mercantil. A indiferença em relação às determinações naturais e sociais do indivíduo o reduz a uma mercadoria como qualquer outra. É assim que, na sociabilidade do capital, os indivíduos aparecem como iguais e indiferentes uns aos outros, pois são apenas mercadorias. Todos são iguais no mercado, “na medida em que o dinheiro aparece como a mercadoria universal dos contratos, toda a diferença entre os contratantes se apaga” (MARX, 2011, p. 265), estando então livres para dele participarem.

O dinheiro será o equivalente universal e o próprio meio da vida social. É ele quem dará sentido à vida comum, instância que cria os vínculos entre indivíduos indiferentes e estranhos entre si, determinando o que o próprio indivíduo será. Por ele, o indivíduo converte-se em senhor de tudo, uma vez que tudo é possível de ser apropriado pelo dinheiro. Sua posse possibilita a realização dos desejos, ele é a potência efetiva do indivíduo, já que:

O que existe para mim por intermédio do *dinheiro*, aquilo por que eu posso pagar (i. é, que o dinheiro pode comprar), tudo *isso sou eu*, o possuidor de meu dinheiro. Meu próprio poder é tão grande quanto o dele. As propriedades do dinheiro são as minhas próprias (do possuidor) propriedades e faculdades. O que eu *sou e posso fazer*, portanto, não depende absolutamente de minha individualidade (MARX, 2004, p. 134).

Simmel (1998, p. 12) também destaca outro elemento fundamental do dinheiro como instância de sociabilidade: a ideia de que toda felicidade e toda satisfação estariam inteiramente ligadas à sua posse. Na medida em que ele se interporia entre o homem e seus desejos, quando o dinheiro é alcançado, todos os prazeres da vida também são. Como um Deus, o

dinheiro produz conforto psicológico, porque dele se obtém paz, harmonia e toda a realização e felicidade desejadas.

A promessa dessa felicidade e da realização plena do indivíduo é o que motiva o homem moderno para a ação, numa relação de competição com o “outro”. Tal idealização deriva do sentido de uma liberdade absoluta do indivíduo que emerge como forma ideal das relações. A liberdade moderna é aquela que nega a interferência sobre a intimidade do indivíduo, sobrevalorizando a vida privada e separando o espaço público do privado. Nas palavras de Mateus (2011):

(...) começa-se a desenhar uma concepção de indivíduo alicerçada numa formulação de liberdade como não-coerção que visa à segurança e ao bem-estar do indivíduo e que, ao mesmo tempo, concede as condições necessárias para cada um construir o seu projeto de vida optando, escolhendo e ponderando por si mesmo os diversos obstáculos com que se depara. Ele incorre no desafio de desenhar o seu próprio papel perante os seus pares, de arriscar trilhar um percurso ainda inexistente e indefinido (MATEUS, 2011, p. 95).

Também Elias (1994) explica que, para esse indivíduo moderno, parece inconcebível supor que qualquer outra pessoa possa fazer parte da formação de sua individualidade. Apenas aquilo é de sua natureza, uma qualidade intrínseca, parece-lhe inteiramente própria. O resultado é a constituição de um indivíduo que “credita seu mérito a si mesmo como uma conquista positiva e, inversamente, tende a atribuir à sua natureza inata tudo o que vê em si próprio como conquista positiva” (ELIAS, 1994, p. 53).

Exteriorizado em relação à comunidade, o indivíduo é o único autor e responsável por seus atos, tendo como única referência sua própria personalidade. É ele próprio o princípio legitimador e moral de seus atos, e a realização de seus desejos sua motivação (ELIAS, 1994). Uma unidade fechada, uma mônada. Um ser autocontido, autorreferenciado e dotado de autossuficiência interna, cuja obrigação moral é a busca de sua completude. Proprietário de si, ele edifica ao seu redor um abrigo íntimo que o protege dos “outros” (SIMMEL, 1950), pois concebe o tecido social como algo que o limita e o prende, impedindo-o de ter acesso ao “eu”, a sua interioridade e a sua própria essência. É apenas contra a sociedade que o indivíduo poderá desenvolver a sua liberdade, realizando-se em sua plenitude e felicidade.

Responsável por si, esse indivíduo não apenas contrapõe-se à sociedade – mera aglutinação de pessoas – como estabelece com o outro uma

relação pautada na competição. Adentra, portanto, no tecido social como alguém que deverá competir com outros pelo conjunto existente de oportunidades para a realização da promessa moderna de felicidade. É nesse horizonte que se fabrica a juventude como momento particular da vida desse indivíduo, interposto entre a infância e a idade adulta, quando ele é “preparado” para ingressar no “mundo adulto” e na busca competitiva pela felicidade.

Sob esse paradigma a modernidade elegeu grupos etários homogêneos com o intuito de orientar o comportamento social. Groppo (2004) reforça que a criação desses grupos pela cronologização da vida³ se dá na sociedade, que distingue a esfera social privada da pública. Uma vida pública mais complexa e não organizada a partir da família e do parentesco, exigindo que os indivíduos sejam “ensinados” a viver nesse espaço.

No caso da juventude, a aprendizagem para a vida pública implica a preparação do corpo e dos sentidos, na perspectiva de superação de quaisquer revezes da sorte e da aquisição de competências. Época de formação e de escolhas, ela é o momento de pensar e se preparar para o futuro, enfrentar as necessidades, manter a vida, poupar recursos, sacrificar os momentos de lazer, em prol do futuro (CASSAB, 2011)⁴.

Fortemente carregada por um sentido de devir, a juventude emerge em conformidade com o indivíduo e a sociabilidade moderna. Ao sujeito jovem é dado o tempo de preparação para ocupar sua função numa sociedade que também lhe é exterior. Em seus corpos está impresso a promessa do futuro (uma vez garantido o controle de seus instintos e ímpetus naturais), em especial, pela via da inserção no mundo do trabalho. Sendo ele a alavanca e a base para o ingresso do indivíduo moderno nessa teia competitiva de relações que caracterizam a vida moderna⁵.

3. A crise do indivíduo moderno: inflexões sobre as juventudes

O indivíduo mônada da modernidade entra em crise a partir do século XX. Stuart Hall (2006) pondera que essa crise remete à descentralização do indivíduo por meio de cinco rupturas fundamentais nos discursos do conhecimento moderno. A primeira é o questionamento crítico acerca da

essência universal do homem empreendida por Althusser a partir de uma perspectiva marxista. Em seguida, as rupturas promovidas pela teoria do inconsciente de Freud e pela linguística estrutural. O trabalho de Foucault sobre o poder disciplinar e o pensamento feminista são as duas últimas rupturas⁶. Para o autor, cada uma delas, e a seu modo, teria contribuído para colocar em evidência como “o sujeito do ‘iluminismo’, portador de uma identidade fixa e estável, foi descentrado”. Processo que teria levado a “identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2006, p. 46).

A crise do indivíduo moderno é parte de um processo amplo de mudanças no período, denominado, por Harvey, de acumulação flexível. Embora não seja possível, no limite deste texto, esmiuçar detalhadamente tais transformações, cumpre destacar os efeitos delas, em especial aquelas ocorridas no mundo do trabalho, para a configuração do indivíduo “pós-moderno”⁷.

Autores como Harvey (1993), Antunes (1993), Sennett (2007) destacam as profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, em especial, a partir da década de 1990. De forma geral, podemos sintetizá-las a partir de dois processos que se coadunam: aqueles ligados às mudanças organizacionais e à implantação de novas tecnologias produtivas nas esferas da produção e do consumo. O que se observa é:

No âmbito da produção (...) a intensa flexibilização dos processos de trabalho e do próprio trabalhador. Nesse sentido é que o capital, embora não podendo eliminar por completo o trabalho, passou a exigir cada vez mais o trabalho parcial, terceirizado e flexível. Já no âmbito do consumo investiu-se na descartabilidade e na efemeridade das mercadorias, dadas tanto pela redução do tempo de vida dos produtos quanto pela produção de novos e variados valores de uso, capazes de incentivarem o consumo ao inventarem novas necessidades (CASSAB, 2015, p. 5).

Essas mudanças provocaram, na década de 90 do último século, a crise do emprego, resultando no desemprego estrutural, em ganhos modestos de salários reais, em retrocessos dos mecanismos e processos de proteção do trabalho e do trabalhador, no regime e nos contratos de trabalho flexíveis e na redução do emprego regular. As novas condições do mercado de trabalho acentuaram a sensação de exteriorização em relação à sociedade, mais do que nunca vista como ameaçadora, e empurraram os indivíduos em direção à instabilidade e à insegurança da vida.

Ao refletir sobre a representação do trabalho como estatuto do lugar dos atores na sociedade, Castel (2003) chama atenção para o fato de que, quando o sujeito tem negado o trabalho, ele também é privado de proteção e reconhecimento, arredando-se assim a base para a construção dos vínculos sociais e reforço da individualidade.

As transmutações que alteraram as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas provocaram fissuras nos quadros de referência que davam estabilidade e segurança aos indivíduos e sobre os quais eles se apoiavam. O resultado, conforme Castel e Haroche (2001), é o enfraquecimento da identidade coletiva, decorrendo na constituição de novas formas de individualidade e na descoletivização, que coloca em xeque o pertencimento coletivo dos indivíduos ao comporem uma nova sociabilidade cada vez mais centrada na individualização. Esse indivíduo não adere a mais nada. Sendo fortemente marcado pelo excesso de subjetividade, ele se orienta no mundo exclusivamente de acordo com seus interesses.

Muitas são as consequências: o acirramento dos fundamentalismos (HALL, 2006) e o esvaziamento do público e da política são algumas delas. Sennett (2007) sublinha ainda a corrosão da confiança, da lealdade e do compromisso mútuo, sustentados pelo crescente individualismo, originário da desconfiança em relação ao outro, à sociedade e ao mundo. A sociabilidade do capital se aprofunda e penetra intensamente como determinante da vida do indivíduo “pós-moderno” ao acirrar a incapacidade de reconhecer-se como parte constitutiva da sociedade, e, como tal, de recíproca responsabilidade. Sennett parece ser preciso em suas indagações:

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva do tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. (...) o capitalismo de curto prazo corrói (...) sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável (SENNETT, 2007, p. 27).

A radical exteriorização do indivíduo em relação ao todo social empurra o “eu” na direção oposta ao “outro”, entendido como obstáculo para a realização da vida individual. O “outro” é não apenas o estranho como também a ameaça. O afastamento em relação ao outro se sustenta

na sua representação como competidor, ou então, em um meio para um objetivo privado. Esse outro é visto como indiferente ou ameaçador.

É assim que, cada vez mais por conta própria e sob os desígnios do presente e da insegurança, esse sujeito “pós-moderno” experimentará movimentos de afastamento e/ou de progressivo fortalecimento da individualidade, face à incerteza do mundo em mudança e da ruptura com paradigmas antes estáveis e vigentes. Nesse movimento, Hall dirá a respeito que uma nova concepção de sujeito emerge como sendo provisório, variável e sem uma identidade fixa permanente e inata, “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado” (HALL, 2006, p. 21).

Os sujeitos que vivem a juventude hoje são aqueles nascidos no universo de todas essas transformações e rupturas. Sujeitos que tiveram suas subjetividades conformadas nesse contexto de instabilidade, insegurança e descentramento do indivíduo e, por isso, experimentam de forma agudizada seus efeitos e implicações.

Nesse contexto, se impõe à juventude o significado associado a um “modo de ser”. Manter-se jovem converte-se em um ideal a ser alcançado e implica comportamentos e atitudes de não fixação e projeção. De uma vivência transitória, a juventude transforma-se em um estilo de vida fortemente identificado com padrões de consumo, contexto no qual ela mesma converte-se em mercadoria.

Antônio Groppo denomina esse movimento de juvenilização da vida quando, então, à juventude são desassociados os conteúdos de rebeldia, inquietação e transgressão. Ser jovem, nesse sentido, é um estado de espírito que todos os indivíduos, independentemente de sua idade, poderiam assumir. Esse indivíduo, portanto, teria “relativa margem de manobra para compor sua identidade, (seus) comportamentos e valores e transformá-los” (GROPPO, 2004, p. 18)

Um comportamento ou um estado de espírito, a juventude é o ideal a ser alcançado na medida em que propiciaria a capacidade de rápida adaptação às mudanças devido a seu suposto caráter flexível, pois seria capaz de dar respostas rápidas a diferentes situações. Dinâmico e mutável, o “modo de ser” jovem permitiria ao sujeito se adequar às novas exigências do capital. Para Sennett (2007, p. 110), “a ênfase na juventude é uma

consequência da compressão da vida de trabalho” e da divulgação da ideia de que “(...) os trabalhadores mais velhos têm esquemas mentais inflexíveis e são avessos ao risco, além de não terem a simples energia física necessária para enfrentar as exigências da vida no local de trabalho flexível (...) Flexibilidade equivale à juventude; rigidez, à idade” (SENNETT, 2007, p.110).

Diante disso, Groppo (2004) complementa, sobre a existência do intenso processo de “reprivatização do curso da vida”. Para ele, as rupturas com as instituições sólidas da modernidade provocaram a “desinstitucionalização do curso da vida”. Para o autor, esse é o momento em que as ações institucionais, como, por exemplo, a do Estado, em relação ao cuidado com o curso da vida individual, sustentadas na cronologização da vida, se esvaem. Ou seja, as instituições sólidas da modernidade, que eram antes centrais para o cuidado da vida dos jovens, perdem espaço e centralidade.

Transfere-se aos indivíduos e grupos sociais, portanto, a procura por soluções para os problemas de suas vidas. A reprivatização do curso da vida, para o autor, nega ao jovem seu momento de socialização secundária – preparação para o mundo público e de proteção – que caracterizou a juventude na modernidade, significando um importante retrocesso de determinados direitos sociais.

A crítica que se faz à ascensão a esse ideal de “juventude pós-moderna” se funda no entendimento de que o estilo de vida jovem, apregoadado pela pós-modernidade, sustenta-se em padrões de consumo que se intensificam e que serão responsáveis pela formação da subjetividade dos “jovens da pós-modernidade”. A relação entre consumo e subjetividade pode ser melhor compreendida a partir da citação de Hall (2006) ao afirmar que:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural” (HALL, 2006, p.75).

O indivíduo jovem da pós-modernidade é atravessado por uma série de inflexões, quais sejam: insegurança, perda de direitos, instabilidade,

presentificação da vida e negação do direito à juventude em função da mercantilização do próprio curso da vida.

Se for certo que essas têm sido inflexões comuns às juventudes contemporâneas, também é verdadeiro que elas são experiências distintamente vividas pelos jovens nos seus diferentes recortes de gênero, classe, cor e territorial. Isso porque, se o consumo marca a atualidade da subjetividade dos indivíduos, pois através dele são estabelecidos os vínculos sociais, é razoável supor que o fortalecimento do indivíduo-consumidor e a redução dos seus direitos a esse *status*, deixam de fora todos aqueles que não podem consumir dentro desses novos padrões. Do mesmo modo, a negação do direito à juventude, a qual se refere Groppo (2004), caracterizada pelo encolhimento da proteção social relativa a esse momento da vida do sujeito, também é mais marcante entre aqueles que experimentam a condição juvenil num amplo campo de restrições econômicas, sociais, culturais e espaciais.

Para compreender essas inflexões na vida dos jovens, a investigação direcionou seu olhar para jovens moradores de um empreendimento do Minha Casa Minha Vida, na cidade de Juiz de Fora, o Parque das Águas. São eles que auxiliarão a entender as agudezas da contemporaneidade na vida dos jovens pobres de nossas cidades.

4. “Tudo que eu conhecia estava lá!” ou quando os jovens são desafiados a se reinventarem

De maneira geral, é possível pensar que na juventude os sujeitos “saem” do lugar da proteção familiar para experimentarem outras redes de sociabilidade ingressando de forma mais densa na vida pública e construindo suas identidades através de novos vínculos sociais que não mais apenas o familiar.

Durante esse processo, o bairro adquire o caráter de ser, para muitos, o lugar a partir do qual tecem os primeiros fios que comporão a teia de suas novas relações sociais. Nele, os jovens se dão a conhecer e a serem conhecidos e estabelecem relações com as demais instituições sociais e com o uso daquilo que é coletivo. A partir dele vão se apropriando da cidade

e definindo sua subjetividade também na relação com o espaço, pois, ao construírem seus vínculos sociais no bairro se apropriam da dinâmica, da história e dos acontecimentos cotidianos do lugar, isto influenciando de forma determinante na constituição de sua subjetividade. O bairro é uma fonte de identificação do sujeito jovem.

Os jovens, atualmente, residentes naquele empreendimento, partilharam e compartilharam com os demais jovens e vizinhos dos seus bairros originários o processo de constituição de subjetividades a partir do estabelecimento de vínculos e relações sociais. Contudo, com a aquisição da nova casa, saíram juntos com sua família, do seu bairro de origem com destino a um bairro desconhecido, sendo desafiados a superar as rupturas de tudo o que ficou para trás e de se conectarem com o novo lugar e tudo o que ele representa. Estabelecer novos vínculos, novas relações e, sobretudo, redefinir seus vínculos territoriais, aparecem como questões para a vida daqueles jovens.

Esse processo de descoberta, aceitação e construção de vínculos e laços sociais não ocorre sem angústias, conflitos e tensões, pois a subjetividade é sempre relacional. Ela se configura na tensão entre o exterior e o interior, sendo recortada pelos antagonismos sociais. Assim é que a produção do sujeito passa pela consolidação de diversos e diferentes fios de sociabilidade, que unem e entrelaçam os indivíduos uns com os outros e com o território.

Pensada como um conjunto de nexos mantidos pelos indivíduos, é pela sociabilidade que se vive e produz a existência, conferindo um modo de ser e particularidade ao indivíduo. A sociedade, desse modo, não é apenas constituída de indivíduos, ela é a expressão dos liames e das relações nas quais esses indivíduos existem uns para os outros. Elemento essencial à vida e à existência dos indivíduos, a sociabilidade não é algo imanente e nem se encontraria fora dos indivíduos, pois, eles seriam o que são em virtude de serem sociais.

A força dessa construção está na estreita relação entre o eu e o outro. No fato inegável da existência social, uma vez que, ao refutar a ideia da existência de indivíduos isolados, cria-se a possibilidade de se pensar a constituição das subjetividades individuais como relação social. Ou seja, aquilo que o indivíduo é e pode ser dependerá da sociabilidade e do lugar,

a partir do qual esse entra em interação com os demais (MARX, 2011). Nesse sentido, a sociabilidade pressuporia a reciprocidade, movimento em que cada um atinge o seu fim na medida em que serve como fim ao outro. Tem-se, dessa forma, que ser-para-outro é condição do ser-para-si, tornando a reciprocidade condição radical da existência do indivíduo um para o outro.

Assim como a subjetividade é uma relação social, ela também atua com o território no movimento de formação de identidades territoriais. Os jovens entrevistados e atualmente residentes no Parque das Águas tinham fortes vínculos com seus lugares de origem, onde, a partir da relação com os vizinhos, parentes e amigos foram estabelecendo liames de pertencimento com o território.

As vivências em seu bairro foram significando e dando forma à biografia desses jovens e também compondo sua subjetividade. Constituído por múltiplas relações de poder, o território de igual modo pode ser pensado como elemento na conformação da subjetividade desses jovens. Isso porque eles dão sentido e significados ao espaço, re-criando espaços de referência identitária. Esses espaços são onde se realizam as experiências sociais, políticas e culturais. Também são onde as práticas e representações espaciais vão elaborando o sentimento e o significado de pertencimento em relação a um território.

Tempo, espaço e relações sociais são eixos que se integram na noção de identidade territorial, pois ela resultaria de relações sociais de um grupo em um determinado espaço-tempo. Essas relações, tanto sociais quanto territoriais, expressavam-se nos momentos de encontro e troca em seus bairros de origem. No ficar na rua, no encontro na casa dos amigos, nos momentos do lazer, no encontro na porta da escola do bairro, todas elas “práticas enraizadas no cotidiano, mais diretamente ligadas às redes de vizinhança e parentesco” (FRANCH, 2002, p. 119). Momentos de encontro, de troca com o “outro”, momento do “jogar conversa fora”, o que seria um

importante elemento no viver social juvenil, a conversa cotidiana permite aos jovens elaborarem visões de mundo compartilhadas, negociarem significados e criarem as cumplicidades que alimentam a existência dos diversos grupos de amigos. É o momento em que se tornam públicos aspectos aparentemente privados como paqueras, namoros, brigas e infidelidades. Também, o evento cotidiano que permite aos jovens situar-se no emaranhado de relações que se estabelecem na comunidade,

principalmente no que diz respeito à confiabilidade de outros jovens, informações estas que orientam a escolha de novos amigos e de namorados (FRANCH, 2002, p. 119).

A dinâmica da vida no bairro, lugar familiar e de troca de experiências, tem nas ruas, praças e calçadas importantes pontos de socialização e fortalecimento de nexos que tecem os fios que entrelaçam a subjetividade desses jovens. Em seus bairros, eles construíram sua biografia marcada por uma série de tempos e vivências que se entrecruzavam e definiam a percepção que têm de suas vidas, de si mesmos, do outro e do território. Ou seja, a biografia composta por momentos significativos, que determinam um antes e um depois em suas trajetórias. A mudança para o novo bairro, distante e estranho de/a tudo que viviam e conheciam, foi para eles um desses momentos. Momento em que rompem com os laços anteriores e são alçados ao desafio de terem que se redefinir, na medida em que são suscitados a estabelecer novos laços sociais e territoriais num cenário de maiores perdas.

O medo do desconhecido, a presença dos amigos, o vínculo com o bairro são razões pelas quais muitos deles viveram a mudança para o Parque das Águas como um processo de perdas e dificuldades. Ao irem para o novo bairro eles enfrentaram não só um território desconhecido, mas um “outro” que o via como ameaça. Ameaçavam as dinâmicas e relações previamente existentes, tanto pressionando os equipamentos e serviços, como sendo portadores da violência. A vinda para o Parque das Águas impôs aos moradores dos bairros adjacentes a necessidade de se confrontarem com “outros”, que colocavam em xeque permanências e certezas, implicando na necessária determinação de novas alteridades. Aquilo que poderia ser tratado como potencialidade é sentido e experimentado como ameaça. O “outro”, representado pelos moradores do Parque das Águas, é aquele que ameaça a segurança, as vagas nas escolas, na Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS), e o transporte público.

Foi a partir do medo que se estabeleceu os primeiros vínculos entre os jovens e os moradores do entorno. Medo que, segundo Pain (2001), contribui para reforçar a “exclusão” da vida social e de determinados espaços urbanos, provocando efeitos e tensões excludentes que atingem a vida cotidiana ao intensificarem as desigualdades e demonizarem os

sujeitos que estariam “no fio da navalha do medo”. Trata-se, portanto, de uma relação na qual subjetividades são modeladas na tensão entre o eu e o outro numa disputa de identidades social e territorial.

Resultou disso tanto o isolamento quanto a reunião em grupos de proximidade. Isto é, ou os jovens se isolavam no espaço privado de sua casa ou estabeleciam relações com grupos que partilhavam proximidades identitárias ou de interesses. Em ambas as situações, limitando sua permanência às fronteiras do novo bairro ou às suas proximidades imediatas.

Para Silva (2000, p. 81), há um conjunto de processos que efetivam a diferenciação. Incluir/excluir, delimitar fronteiras, normalizar e classificar são alguns deles. Processos que vão identificando, representando e simbolizando quem pertence e quem não pertence; definindo o “nós” e o “outro” e construindo as identidades, tanto sociais quanto territoriais.

Por meio da diferenciação, os sujeitos definem quem é o “outro”, tornando-o identificável e (in)visível, hierarquizando e distinguindo-se daqueles que consideram desiguais ou inadequados. A hierarquização transforma a diferença em desigualdade que, sendo definida a partir de um parâmetro comum e classificatório, vislumbra a possibilidade da hierarquização no campo das disparidades socioeconômicas e das condições de acesso a recursos materiais e simbólicos.

O que esses jovens enfrentaram foi o isolamento dado pela perda de seus vínculos sociais e territoriais, agravado pela ausência de ações que garantissem a eles o “direito à juventude”, ao qual se referia Groppo (2004). Eles se defrontam com o desafio de terem que se reinventar, resignificando sua vida a partir dos novos nexos territoriais e sociais. Este é um processo que exige tempo e um conjunto de oportunidades que criem as condições efetivas para sua realização. Oportunidades como acesso ao lazer, à qualificação do seu tempo livre, à inserção também qualificada na vida escolar, à presença nos espaços públicos, à possibilidade do trabalho e ao horizonte de futuro. Oportunidades essas inexistentes para muitos dos jovens pobres que habitam as nossas cidades, como no caso dos jovens do Parque das Águas.

O futuro será permanentemente adaptado em função das experiências e da realidade que vão sendo vividas pelo sujeito. Na ausência de oportunidades, as experiências individuais e coletivas são tensionadas

pela presentificação do tempo da vida desses jovens. Império do “aqui e agora”, o futuro aparece como ameaçador, pois fluído e incerto esse sujeito deixa de ser o seu autor. A ele não parece mais pertencer a possibilidade de se colocar como sujeito ativo no destino de sua vida. O sujeito autor da modernidade dá lugar a um sujeito passivo diante das forças que lhe são estranhas e distantes. Aquelas a que Milton Santos (1996) chamou de verticalidades.

A presentificação da vida implicará, como aludido por Ribeiro (2005, p. 414), numa projeção da vida de fôlego curto que “descortina uma perspectiva espaço-temporal subjetivamente insuportável”, sob a qual o destino parece intolerável, pois é a “condenação a um trabalho de Sísifo, exigido, apenas, para que não sejam perdidos conhecimentos e bens materiais alcançados num determinado momento” (RIBEIRO, 2005, p. 414).

Tempo e espaço se fundem num movimento de escalas e no processo de constituição do próprio sujeito jovem. Sujeito ativo que age sobre o mundo, produzindo e sendo o produto de um conjunto de relações ao qual pertence. Mas, se essas experiências provêm os jovens de pouca ou nenhuma oportunidade – isolamento territorial, afastamento na relação com o outro, não acesso aos equipamentos sociais, inserção pouco qualificada no mercado de trabalho, insegurança e medo – maiores serão as dificuldades de projetarem suas vidas sobre bases materiais concretas.

5. Considerações finais

A subjetividade “pós-moderna” está fortemente relacionada às mudanças ocorridas no capitalismo que visaram à aceleração do tempo de giro do capital a partir do impulso a novas formas e processos de produção e consumo. A hipervalorização do consumo, como condição para a intensificação da reprodução do valor, penetrou na vida radicalizando os elementos constitutivos da sociabilidade do capital. Capital que não apenas produz a mercadoria como também fabrica a subjetividade consumidora necessária à sua reprodução.

Nesse processo, uma subjetividade flexível, capaz de responder às intensas mudanças dadas pela aceleração do tempo, e de se ajustar a um

conjunto infindável de possibilidades e diferenças, emerge como constitutiva do indivíduo. E tem no “modo de ser jovem” sua principal expressão.

Hiper-narcisística, a subjetividade flexível acaba por intensificar a lógica individualista da sociabilidade do capital. Sob esse domínio os indivíduos estariam permanentemente compelidos a buscar novos prazeres pelo consumo, colecionando experiências e sensações num tempo presentificado.

A crise do indivíduo moderno tem como um de seus determinantes a percepção de um presente eterno, a insegurança quanto ao futuro e a pouca facilidade em desenhar sua vida no tempo, resultando na dificuldade em definir estratégias para a realização de seus projetos e, conseqüentemente, de tomar a rédea do tempo e dos rumos de sua vida. As incertezas são tamanhas que é preferível não pensar ou lidar com elas deixando o planejamento do futuro para outro. O que será do futuro desse indivíduo fica restrito apenas ao movimento ilimitado e livre do capital. Ele determinará, agora, com menos restrições e amarras, a vida social, exigindo, por exemplo, a capacidade de se adaptar a territórios e/ou a relações precárias de trabalho.

O sentido de instabilidade que domina a atualidade é decorrente, em grande medida, da inexistência de barreiras à ação do mercado e do capital, que tornam incertos as garantias de emprego, de condições de trabalho e vida, o que resulta no esgarçamento dos laços e das relações interpessoais, produzindo a sensação de um mundo cada vez mais indeterminado, maleável e competitivo.

Esses elementos assolam a vida do indivíduo “pós-moderno” e condicionam sua subjetividade cada vez mais comprometida com a celebração das diferenças e da flexibilidade, assentando-se na incapacidade de relacionar o individual ao coletivo, o privado ao público, o “eu” ao “outro”. Tal subjetividade, consumidora e flexível, condicionada às exigências do capital e centrada no consumo, é também menos espessa ao esvaziar o sentido de pertencimento ao coletivo. A perda encontra-se na incapacidade de elaboração e entendimento da condição histórica da classe, pois a sociabilidade aparentemente desloca-se do trabalho para o consumo. Esfera cujos vínculos são mais frágeis, efêmeros e velozes.

Uma das consequências é o medo do “outro”, que promove tanto o isolamento quanto a participação em grupos homogêneos que resultam numa vivência limitada a estreitas redes sociais e territoriais. É o caso dos jovens do Parque das Águas, que se viram diante da necessidade de se redefinir a partir de fissuras impostas tanto pela perda dos laços pretéritos, socialmente constituídos em seu território de origem, quanto pelo alheamento e estranhamento sofridos na relação com os moradores do Monte Castelo⁸. Adversidade ainda mais difícil de ser superada na medida em que experimentam um conjunto de restrições econômicas e simbólicas que corroboram para o estreitamento de suas referências temporais (a presentificação da vida e a dificuldade de estabelecer projetos) e espaciais (a vida que se desenrola no limite estreito do seu bairro).

Assim, se para o capital “tudo parece em ordem, na paz do mercado e do consumo” (COSTA, 1997, p. 70), para aqueles que vivem a juventude nas condições de incerteza, desigualdade e precariedade, a vida está longe disso.

Todavia, é importante reforçar que esses mesmos jovens vivem o embate permanente entre os atuais sentidos de efemeridade e descartabilidade, produzidos pelo consumo intenso e acelerado e pela perda dos lastros que davam segurança e permanência à/na vida, e o desejo de se sentirem parte. Pertencentes a um grupo social, a uma relação de trabalho, a um território. Por essa razão é central compreender que a subjetividade é um campo em disputa, no qual se confrontam, num único movimento, tanto os processos constituintes da subjetividade “pós-moderna”, aqui previamente referida, quanto aqueles que procuram recompor o sentimento de segurança. Ou seja, a elaboração de sua subjetividade como sujeitos jovens é marcada por intensas e profundas tensões entre os mecanismos de presentificação da vida e a busca por segurança que possibilite o planejar do futuro. Tensões que, muitas vezes, os colocam no limite da existência.

O que se nota hoje é um jovem que, vivendo num mundo de incertezas, compartilha uma experiência que longe de ser resultante de escolhas individuais (como consumir ou não consumir um objeto) constitui-se como uma nova experiência geracional. Experiência na qual o processo de redefinição da subjetividade, nas dimensões social e territorial, assume centralidade, na medida em que evidencia a importância de prover os

jovens das oportunidades presentes no território e na vida social, reafirmando-lhes o “direito à juventude”, ao uso do território, aos vínculos sociais e coletivos, ao futuro e à própria existência.

Notas

- ¹ A discussão deriva da pesquisa *O Programa Minha Casa Minha Vida na realidade de uma cidade média: Impactos no ordenamento urbano e na (re)definição das identidades territoriais dos jovens residentes*, desenvolvida com financiamento da FAPEMIG.
- ² Iniciado em 2009, sob o governo Lula, que segue sendo até hoje o maior programa habitacional brasileiro.
- ³ A cronologização reparte a vida em recortes temporais lineares, acumulativos e progressivos e reflete o tempo absoluto próprio da modernidade.
- ⁴ Cumpre destacar que essa construção social da juventude é atravessada pela dimensão de classe e gênero. Em outros momentos foi possível aprofundar essa reflexão. Ver, por exemplo, Cassab (2010 e 2011).
- ⁵ Sobre a relação trabalho e juventude ver Cassab (2015).
- ⁶ Para mais detalhes ver Hall (2006).
- ⁷ Outros elementos centrais para o entendimento desse processo são a “crise” do Estado nacional, a adoção das políticas neoliberais e o desenvolvimento do meio-técnico-científico-informacional.
- ⁸ O Monte Castelo é um bairro vizinho ao Parque das Águas que sofreu muitos impactos com a implementação do loteamento. A chegada de pessoas pobres oriundas de periferias de Juiz de Fora despertou o medo do outro e de seu território, criando um sentimento de insegurança no bairro. Além disso, o projeto do conjunto habitacional não contemplou equipamentos sociais e os beneficiários da política precisaram se encaminhar ao Monte Castelo para acessar a escola e o posto de saúde, sobrecarregando-os. Sobre os impactos do Parque das Águas no seu entorno e na cidade foi possível aprofundar essa reflexão em outros momentos. Ver, por exemplo, Ferreira; Melo; Cassab (2016).

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Editora Paulinas, 1993.

CASSAB, Clarice. Imagens e representações do jovem e da juventude: considerações sobre o Juiz de Fora nos Trilhos da Paz. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 4, n.1, p. 158-178, 2009.

_____. Refazendo percursos: considerações acerca da categoria jovem e juventude no Brasil. **Perspectiva**, Erechim, v. 34, n. 128, p. 39-51, 2010.

_____. Contribuições à construção das categorias jovens e juventudes. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 17, n. 02, p. 145-159, 2011.

_____. As tiranias do presente: jovens e a construção de seus projetos de vida em tempo de incerteza. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, s/p, 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTEL, Robert; HAROCHE, Claudine. **Propriété privée, propriété social, propriété de soi**: entretiens sur la construction de l'individu moderne. Paris: Fauard, 2001.

COSTA, Jurandir Freire da. A ética democrática e seus inimigos. O lado privado da violência pública. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Org). **Brasília**: capital do debate – o século XXI – Ética. Rio de Janeiro/Brasília: Garamond, 1997. p. 67-86.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, Talison Paulo; MELO, Thais Mendes de Almeida; CASSAB, Clarice. Mídia, representação social e território: estudo de caso em Juiz de Fora - MG. In: SIMPÓSIO MINEIRO EM GEOGRAFIA, 2, Juiz de Fora, 2016. **Anais...** Juiz de Fora, 2016. p. 641-657.

FRANCH, Monica. Nada para fazer? Um estudo sobre as atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 116-133, 2002.

GROPPO, Luis Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de educação do Cogeime**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATEUS, Samuel. O indivíduo pensado como forma de individuação. **Estudos em comunicação**, Lisboa, n. 10, p. 91-103, 2011.

PAIN, Rach. Gender, race, age and fear in the city. **UrbanStudies**, Manchester, v. 38, n. 5-6, p. 899-913, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SIMMEL, Georg. Types of social relationships by degree so reciprocal knowledge of their participants. In: WOLFF, K. L. (Ed.). **The sociology of Georg Simmel**. Nova Iorque: The Free Press, 1950. Parte 4, capítulo 2, p. 317-329.

_____. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, Jessé; BERTHOLD. Oelze (Org.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 1998. p. 23-40.

Recebido em: 17/08/2018

Aceito em: 28/08/2018